



TRANSIÇÕES JUSTAS: PERSPECTIVAS PLURAIS DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL E NA ALEMANHA

Isadora Cardoso Vasconcelos

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE MAPEAMENTO E MINHA POSICIONALIDADE



Grande parte da ação climática é confiada aos Estados, como podemos ver no sistema multilateral de governança climática da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - UNFCCC, onde os compromissos globais para enfrentar a crise climática são consensualmente buscados para posteriormente orientar as medidas climáticas locais. Ali, somente atores estatais têm uma palavra final nas decisões. Sob esta arena, grupos climáticos de base, Povos Indígenas, assim como empresas de petróleo e carvão, todos se enquadram na categoria de “observadores” do processo, o que significa que podem observar, incidir e fazer intervenções limitadas na forma como os governos negociam o futuro de todos, mas não tomar decisões diretamente.

Foi após anos de “observação” do processo da UNFCCC, ao lado de coalizões sobre justiça social e climática, como a **Constituinte de Mulheres e Gênero**, que pude entender alguns pontos críticos das conversações globais, como a questão da transição energética justa. Os interesses em jogo na maior conferência das Nações Unidas (ONU) são tremendamente diversos e muitas vezes conflitantes com os próprios objetivos climáticos declarados no Acordo de Paris. Como a ONU pode, por exemplo, permitir que lobistas de indústrias dos combustíveis fósseis, da mineração e da energia nuclear observem tais negociações quando eles representam os setores mais responsáveis pelos danos aos ecossistemas e pela escalada da crise climática? Segundo a Global Witness, na COP26 em 2021, os representantes dos combustíveis fósseis constituíram a maior delegação, superando qualquer equipe de país em Glasgow. Este conflito de interesses tem sido incansavelmente abordado por organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais que participam de conferên-

cias sobre o clima, numa tentativa sem sucesso de que a ONU responda às reivindicações dos povos e não das indústrias poluidoras com fins lucrativos.

Quero explicar minha posicionalidade, assim como fazer algumas observações vindas de meus anos de trabalho com ONGs, Organizações Internacionais (OIs), instituições de pesquisa, incluindo meu trabalho voluntário e ativista com coletivos, assim como de minha participação nas conferências climáticas. Nas COPs, testemunhei como a variedade de atores que se enquadram como “observadores da UNFCCC” não representava apenas agendas opostas entre si, mas também como eram complexas e heterogêneas as organizações da sociedade civil que trabalhavam pela justiça climática. Assim, o esforço para alinhar demandas e estratégias para a justiça climática entre grupos tão diversos da sociedade e ONGs é um desafio.

Meu interesse em trabalhar com grupos da sociedade civil vem originalmente de aulas inspiradoras sobre movimentos sociais e teorias da sociedade civil tomadas na Universidade de Brasília e na Universidade de Maastricht. Durante e depois desses estudos, experimentei em primeira mão o que é trabalhar com OIs e ONGs e fazer parte de grupos feministas e movimentos de justiça climática, no Brasil e na Alemanha. Durante estes anos de transição entre empregos remunerados, mergulhos acadêmicos e ativismos em torno da justiça de gênero e climática, tenho estado cada vez mais convencida de que as soluções para a crise climática só podem vir do trabalho interseccional e do poder dos povos. Além disso, os limites entre minha pesquisa, ativismo e o trabalho de “gestão de projetos” que venho realizando têm se tornado cada vez mais tênues ao longo dos anos.

O estudo de mapeamento a seguir não se encaixa nos ideais acadêmicos masculinos de “neutralidade”, pois estou ciente e transparente de como meu trabalho passado e minhas experiências de ativista e posicionalidade atual como adulto jovem queer, que nasceu no Brasil e vive na Alemanha, impactam as abordagens que assumo nesta pesquisa. Este estudo não é exaustivo, pois se baseia em pesquisas online respondidas voluntariamente pelos seguintes grupos identificados e anônimos. Por meio deste estudo, inicio um mapeamento de atores da sociedade civil que estão trabalhando na e para a transição de energia e evidencio diversas abordagens existentes sobre o que pode ser uma era justa, pós-combustíveis fósseis. Válido apontar que minha delimitação de atores da sociedade civil incluiu coletivos que não pertencem ao governo, ao setor privado ou à mídia. No entanto, deixei às participantes da pesquisa a tarefa de se auto-identificarem e escolherem se se encaixam ou não em meus critérios.

Com este mapeamento, espero contribuir para o trabalho de ONGs, movimentos sociais, grupos e instituições de pesquisa, cooperativas, sindicatos de trabalhadoras/es e todos os setores interessados empenhados em implementar uma transição justa no Brasil, na Alemanha e além. Estou curioso para ver os caminhos que a transição justa tomará nos próximos anos, e as formas como a sociedade civil continuará moldando e se beneficiando justamente desta transformação tão complexa e estrutural. Espero que gostem da leitura!

Como ler esta publicação

O exercício de mapeamento nas próximas páginas mostra as organizações da sociedade civil identificadas do Brasil e da Alemanha que estão trabalhando em/para uma transição energética justa. Os mapas incluem informações descritivas sobre cada uma das organizações identificadas – e 1 anônima, com base em suas auto-identificações fornecidas através da pesquisa, bem como minha própria pesquisa através de suas páginas públicas na internet. As descrições incluem sua localização, suas/seus principais constituintes, e o(s) setor(es) no(s) qual(is) trabalham.

As páginas que seguem os mapas incluem algumas citações adaptadas das respostas que recebi das pesquisas respondidas por cada organização. As citações incluem suas respostas às perguntas:

- **O trabalho de seu grupo/coletivo/organização está preocupado com a justiça energética?**
- **Para seu grupo/coletivo/organização, o que é transição energética justa?**
- **Seu grupo/coletivo/organização está trabalhando em prol de uma transição energética justa?**
- **Quais são os principais desafios para a transição energética justa em seu contexto?**
- **Quais são as estratégias e/ou plataformas com as quais seu grupo/coletivo/organização está trabalhando na direção de uma transição justa de energia?**

As citações foram adaptadas para criar um estilo mais narrativo. A linguagem originalmente fornecida através das respostas da pesquisa foi mantida na adaptação, tanto quanto possível.



BRASIL



BRASIL

3 Central Única dos Trabalhadores – CUT Brasil / Sao Paulo

- Sindicato de trabalhadores/as de todo o país, composto de pessoas negras, afro-descendentes, homens, mulheres e jovens.
- Representa a classe trabalhada dos setores de combustíveis fósseis, eólico e solar.
- Trabalha em níveis nacional, regional e internacional. →

www.cut.org.br

5 Grupo de Análise de Geopolítica Energética / Santana do Livramento, RS

- Grupo de pesquisa que trabalha em nível nacional, regional e internacional, composto por pessoas negras, afro-descendentes, LGBTQIA+, homens, mulheres e jovens.
- Trabalha com pesquisas sobre energia atômica, biogás, biomassa, combustíveis fósseis, geotérmica, hidroelétrica, solar e eólica. →

www.quadpodcast.org



1 Instituto Verdeluz / Fortaleza

- Coletivo de base e ONG, composta principalmente por mulheres e comunidades tradicionais.
- Trabalha com comunidades costeiras impactadas pela construção de usinas eólicas offshore, acompanhando o processo de licenciamento para grandes fazendas solares que exigem o desmatamento de áreas de vegetação de Caatinga.
- Faz parte dos movimentos de justiça climática e ambiental. →

www.verdeluz.org

4 WWF-Brasil / Brasília

- ONG internacional, composta principalmente por homens, mulheres e jovens.
- Faz parte do movimento ambientalista.
- Trabalha em nível territorial, nacional, regional e internacional, com análise de alternativas de fornecimento de energia, tanto de combustíveis renováveis como de eletricidade, assim como com os impactos causados pelo uso de combustíveis fósseis, principalmente petróleo e carvão; faz incidência política no executivo, legislativo e judiciário, especialmente em nível federal, propondo políticas públicas para a adoção de fontes renováveis e o fim dos combustíveis fósseis, assim como engajando atores.
- Trabalha com biomassa, analisando a produção de biocombustíveis em sistemas agroflorestais; com o uso de biogás em áreas rurais e aterros sanitários; pela eliminação progressiva dos combustíveis fósseis com estímulo para a eliminação progressiva do petróleo, terminando os leilões em novas fronteiras exploratórias, com ênfase nas regiões de Foz do Amazonas e Abrolhos; estímulo para uma transição justa do carvão mineral no sul do Brasil para outras alternativas renováveis, considerando os impactos sobre o emprego; hidroelétricas, propondo alternativas à adoção de pequenas e grandes centrais hidroelétricas, analisando os impactos das barragens nas bacias hidrográficas; solar, implementando pilotos e discutindo políticas públicas regionais de acesso à energia em comunidades isoladas na Floresta Amazônica; hidrogênio verde, analisando alternativas de produção de hidrogênio verde através da energia solar, eólica e da biomassa. →

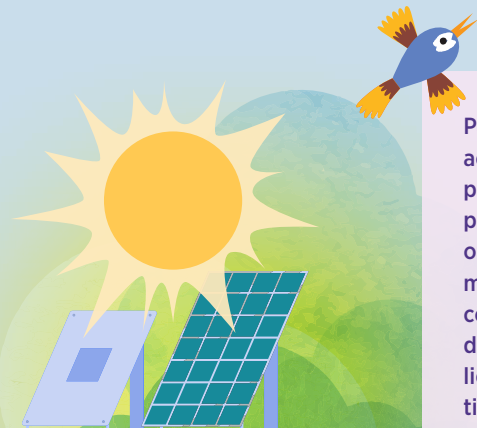
www.wwf.org.br

2 Instituto E+ Transição Energética / Rio de Janeiro


- ONG e think tank, operando em nível nacional, regional e internacional, sem identidade específica.
- Trabalha com incidência política, pesquisa e inovação sobre energia atômica, biogás, biomassa, combustíveis fósseis, hidroelétricas, solares, eólicas. →

www.emaisenergia.org


→ 1 Instituto Verdeluz / Fortaleza



O acesso à energia para comunidades de baixa renda, já que os preços da energia estão subindo no mercado global, juntamente com a compensação dos impactos sociais e ambientais gerados pela instalação de usinas eólicas e solares, com ênfase em alternativas locais que geram menos impacto, são um dos maiores desafios para a transição justa aqui. Os grupos historicamente marginalizados, como as comunidades de baixa renda, devem ser os que mais se beneficiarão de uma transição justa. Se isso for feito com a perspectiva de capacitar as comunidades a trabalhar neste novo mercado de trabalho, deve gerar renda para estas pessoas.

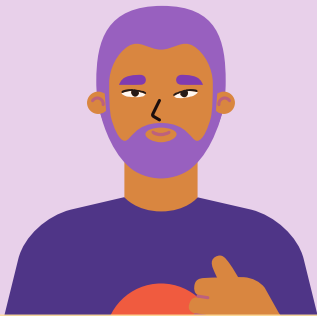


Para uma transição justa, estamos acompanhando as comunidades pesqueiras que serão impactadas pela construção de usinas eólicas offshore no Ceará, e promoveremos treinamento para que possam comunicar ao público os impactos dessas obras e atuar no processo de licenciamento para exigir alternativas de localização ou a devida compensação. Também estamos acompanhando no Conselho do Meio Ambiente do Ceará (COEMA) a aprovação de processos de licenciamento para a instalação de grandes parques de painéis solares que exigem o desmatamento de grandes áreas de floresta de Caatinga para sua construção. Neste sentido, estamos formando um comitê técnico com cientistas de universidades locais para exigir diretrizes para a instalação destes painéis que tenham o menor impacto ambiental possível.



Não nos parece justo que a Europa promova sua transição energética em detrimento do meio ambiente e das comunidades locais nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, mais especificamente do Ceará, uma vez que as energias renováveis que estão sendo instaladas aqui visam produzir hidrogênio verde para ser vendido no mercado internacional, mais especificamente no mercado europeu. Em comunidades de baixa renda no estado do Ceará, as pessoas estão sendo presas por roubo de energia porque não têm condições de pagar suas contas de eletricidade, já que a transição energética na Europa também aumentou o preço global da energia, dada a diminuição da oferta de combustíveis fósseis enquanto a demanda permaneceu a mesma. Assim, o que vemos é que há energia suficiente para exportar para o mercado europeu, mas a população não tem acesso a serviços básicos que deveriam ser considerados direitos, e não mercadorias. Uma transição energética justa é aquela que promove o menor impacto ambiental possível e, ao mesmo tempo, a justiça social para países, comunidades e grupos historicamente negligenciados.

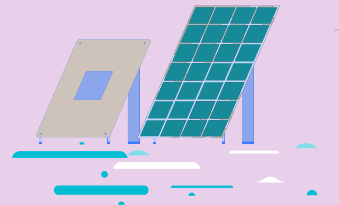
→ 2 Instituto E+ Transição Energética / Rio de Janeiro



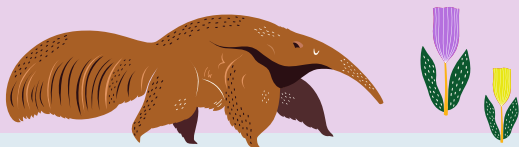
Produzimos conhecimento e promovemos debates, considerando aspectos geopolíticos, científicos, tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais da transição energética. Uma transição energética justa inclui o aspecto social como uma prioridade. Além das dimensões econômica, tecnológica e ambiental, ela também visa garantir o desenvolvimento da sociedade, incluindo a população de baixa renda, os mais vulneráveis – tomando uma perspectiva de desenvolvimento regional, considerando questões como classes, raças, gênero. A transição energética no Brasil é uma oportunidade de promover sua recuperação econômica com um modelo de desenvolvimento inclusivo e a participação ativa da sociedade.



Alguns desafios que enfrentamos para uma transição justa incluem a falta de representação das pessoas mais impactadas nos processos de tomada de decisão, a equalização de diferentes visões, necessidades e prioridades para que a transição seja justa, inclusiva e possível dentro dos princípios técnicos e econômicos. Além disso, o debate público no país ainda é restrito a um pequeno grupo e tem uma narrativa mais focada em aspectos técnicos e econômicos. O contexto político brasileiro não prioriza a agenda climática e de justiça social. Aqueles mais impactados por eventos climáticos extremos e que têm menos representação nos processos decisórios devem se beneficiar ao máximo de uma transição justa.



→ 3 Central Única dos Trabalhadores / CUT Brasil / Sao Paulo



Trabalhamos pela democracia energética, da qual faz parte a justiça climática, como um horizonte de discussão para propor um modelo energético justo com a participação da classe trabalhadora em sua estruturação. Esta discussão é colocada como parte das ações estratégicas que fazem parte da agenda de lutas dos trabalhadores, incluindo atividades de formação para fortalecer as intervenções por parte de dirigentes sindicais, incidência em espaços institucionais e construção de ações conjuntas com aliados. Uma transição energética justa tem sido a proposta prioritária do movimento sindical, que defende um conjunto de políticas destinadas a garantir que a transição para a produção de baixo carbono garanta condições dignas de vida e de trabalho para aqueles setores que sofrerão transformações, respeite os direitos humanos e a igualdade de oportunidades para toda a classe trabalhadora e comunidades impactadas e promova o trabalho decente nas novas atividades econômicas desenvolvidas.

A CUT está trabalhando em diversas perspectivas para avançar na transição justa no Brasil, desenvolvendo pesquisas para compreender como a transição energética ocorre no país e de que forma impacta a classe trabalhadora, realizando atividades de formação para engajar sindicalistas nesta agenda, desenvolvendo materiais didáticos e de comunicação para ampliar o alcance e entendimento desde a nossa perspectiva e atuando em conjunto com aliados nacionais e internacionais para fortalecer a garantia da transição justa. Entretanto, no Brasil, os desafios para a transição justa atual são as ameaças à democracia e às ações das organizações da sociedade civil e do movimento sindical. Além disso, a transição energética está sendo globalmente condicionada por questões econômicas e não sociais e ambientais. Por último, há ataques às legislações trabalhistas e ambientais que impedem avanços em termos de políticas para enfrentar as mudanças climáticas e as injustiças no Brasil.



→ 4 WWF-Brasil / Brasília

A eliminação progressiva do carvão no sul do Brasil deve abordar os impactos sobre os empregos na região e as formas de compensá-los. Também devemos considerar os impactos da adoção de várias fontes de energia, como biocombustíveis, biogás, solar, eliminando o petróleo e o carvão, especialmente no emprego, no meio ambiente local, na economia e em outras áreas sociais da vida, tais como segurança, saúde e mobilidade. Uma transição justa é aquela que garante acesso à energia de baixo impacto, baixo custo e baixo teor de carbono. Também precisamos assegurar que o acesso à energia esteja disponível para todos/as, e que o setor energético limite e compense qualquer impacto sobre a sociedade e ao meio ambiente. Trabalhamos por uma transição justa, discutindo os impactos do fim do uso do carvão para geração de eletricidade no sul do Brasil no emprego, saúde, segurança, incluindo o apoio aos movimentos locais, municípios e governos. Analisamos a criação de empregos nas indústrias petrolíferas e de energia renovável. Também propomos modelos alternativos para a produção de biocombustíveis com maior inclusão social e biodiversidade. Discutimos modelos de acesso à energia baseados nas características de povos isolados na Floresta Amazônica.



O peso desproporcional dado aos aspectos econômicos da produção e uso de energia é um desafio para a transição justa. Além disso, há falta de informação sobre os impactos positivos e negativos das alternativas de produção e uso de energia e pouca influência no processo decisório por parte dos atores com menor poder econômico. As populações de menor renda e aquelas sem acesso à energia devem se beneficiar ao máximo de uma transição justa. Isto porque as externalidades presentes hoje no modelo energético, como poluição, mudança climática e perda de serviços ecossistêmicos, recaem de forma desproporcional sobre segmentos de baixa renda. Além disso, a falta de acesso à energia é um elemento que afeta o desenvolvimento socioeconômico a níveis mínimos.

→ 5 Grupo de Análise de Geopolítica Energética / Santana do Livramento, RS

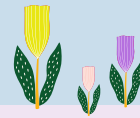


Interesses dominantes, greenwashing, falta de compreensão acerca das facetas múltiplas do que deve ser uma transição energética justa (abarcando classe social, etnia, gênero, etc.), cientificismo desconectado da realidade social são alguns dos desafios atuais para a transição justa. Todos deveriam se beneficiar de uma transição energética justa, pois ela é, por definição, holística. Entretanto, para ser operacionalizada, ela deve pressupor a inclusão, empoderamento e emancipação de grupos historicamente excluídos, além de impor freios aos grupos de interesse que tradicionalmente administram a energia (e até mesmo a transição energética) como apenas mais uma área de atividade política e financeira.

Trabalhamos para a popularização da ciência e da tecnologia, incluindo um podcast com temas como justiça energética. Para nós, uma transição energética justa é aquela que considera o desenvolvimento sustentável dos modos de energia beneficiando todos os grupos sociais, especialmente os menos favorecidos na atual política e economia energéticas, para que a partir desta transição se desenvolva uma maior inclusão em todas as esferas da vida cidadã.



ALEMANHA



10 Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie gGmbH / Wuppertal

- Instituto de pesquisa, sem identidade específica.
- Trabalha com pesquisa para análise de cenários do sistema energético, avaliação de tecnologia, análise de políticas para eficiência energética, hidrogênio verde, flexibilidades.
- Trabalha em nível municipal, nacional, regional e internacional. →

www.wupperinst.org



8 BürgerEnergie Berlin e. G. / Berlin

- Cooperativa de energia composta principalmente por homens, mulheres e jovens.
- Parte dos movimentos ambiental e de justiça climática.
- Trabalha com a produção na implementação de projetos de cooperação; distribuição, com a participação em uma rede de energia remunicipalizada.
- Inclui energia eólica e solar em seus projetos, especialmente para moradores/as, por meio da instalação de sistemas solares em propriedades alugadas a nível municipal. →

www.buerger-energie-berlin.de



6 Renewables Grid Initiative / Berlin

- Organização não governamental - ONG, sem identidade específica.
- Trabalha com produção e transmissão de energia solar e eólica, pesquisa, inovação e incidência política, no nível nacional, da União Europeia e internacionalmente. →

www.renewables-grid.eu



9 Fundação Rosa Luxemburgo / sede em Berlin

- Fundação pública sem fins lucrativos, composta em sua maioria por alemãs/es brancos/as.
- Parte do movimento de justiça social, que apoia grupos e movimentos de mulheres, de Povos Indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas negras e racializadas em todo o mundo.
- Trabalha com incidência política, tanto na Alemanha (níveis municipal, estadual e nacional), como internacionalmente, sobretudo através de demandas políticas. Trabalha pela eliminação progressiva da energia nuclear, e por um futuro sem combustíveis fósseis. →

www.rosalux.de



7 Grupo sindical anônimo / Berlin

- Sindicato de trabalhadores/as.
- Trabalha com incidência política em nível nacional, regional e internacional. →

10

11

11 Initiative Buirer für Buir / Kerpen

- Coletivo de base, sem identidade específica.
- Parte dos movimentos de justiça climática, justiça social e ambiental,
- Trabalha com a incidência política como uma iniciativa cidadã para a eliminação progressiva do carvão de lignito. Trabalha em nível municipal, nacional e regional. →

www.buirerfuerbuir.de

ALEMANHA



12

12 Women Engage for a Common Future (WECF) / München

- ONG e movimento de base, parte dos movimentos de justiça climática, ambiental, feminista, de justiça social. Principais identidades são mulheres, homens, pessoas LGBTQIA+, povos indígenas, da floresta, pessoas com deficiência, pessoas negras e outras identidades racializadas.
- Trabalha com incidência política para uma transição energética socialmente justa, pela coerência entre as políticas sociais, climáticas e energéticas da União Europeia e as políticas nacionais, especialmente com foco no nexo entre gênero e energia. Como especialistas em gênero, a WECF faz pesquisas com o objetivo de preencher as lacunas de gênero em projetos de Pesquisa e Inovação, estabelecendo abordagens interseccionais. Executam projetos de energia que respondam às questões de gênero, estabelecendo comunidades energéticas, compartilhamento de produção/consumo e sistemas descentralizados de energia. Trabalham com energia solar (instalação de fotovoltaicos, treinamentos, comunidades energéticas) e eólica (incluindo sua aceitação pela sociedade civil, integração de gênero e empoderamento das mulheres no setor),
- Trabalha em nível territorial, nacional, regional e internacional. →

www.wecf.org

→ 6 Renewables Grid Initiative / Berlin

Contribuímos para iniciativas de combate à pobreza energética e para uma transição justa. Na primeira, investigamos como os modelos de negócios inovadores desenvolvidos nas comunidades energéticas podem combater a pobreza energética. Na segunda, contribuímos com nossa experiência para desenvolver, projetar e melhorar uma ferramenta de avaliação de diferentes planos de transição territoriais justos. Contextualizamos a transição justa de energia, considerando a justiça processual, os efeitos da distribuição de custos e benefícios, a justiça intergeracional, a justiça global e a propriedade econômica. Nossas atividades visam permitir a participação do maior número possível de atores afetados em uma determinada questão energética. Apoiamos processos transparentes e inclusivos, nos quais cada voz e perspectiva são consideradas. A maioria dos atores da transição energética entende a justiça apenas em termos econômicos. Muito frequentemente, as facetas ambientais ou sociais da transição justa de energia não são consideradas. Pensamos que toda a sociedade se beneficiaria da transição energética justa, e apoiamos fortemente as ONGs ambientais nesse processo.

→ 7 Grupo sindical anônimo / Berlin

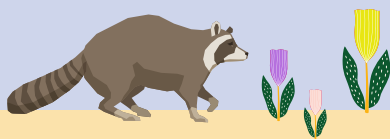
A transição energética é urgentemente necessária, mas não deve ocorrer unilateralmente, às custas dos/as trabalhadores. Nas indústrias que envolvem a transição energética, bons empregos caracterizados pela negociação coletiva devem ser criados e salvaguardados. Os/as trabalhadores/as são fundamentais para atingir as metas climáticas e o sucesso da transição energética. Também em termos de política de distribuição, deve-se ter o cuidado de garantir que os custos sejam distribuídos de forma justa. Uma transição justa de energia reúne o social e o ecológico. Os/as trabalhadores/as são centrais para uma transformação sócio-ecológica. Ninguém deve ser deixado para trás e as condições políticas na transição de energia justa devem permitir uma participação ativa. Para isso, contribuímos com nossas demandas para uma transição justa nos processos políticos e no debate público.

→ 8 BürgerEnergie Berlin e. G. / Berlin

Após a re-municipalização da rede elétrica de nossa cidade, queremos assegurar que o acesso à rede elétrica seja simplificado para os/as pequenos/as produtores/as. Isto serve à descentralização da produção de energia e à participação na mesma. As preocupações sociais dos/as consumidores/as de eletricidade devem ser mais consideradas. Queremos democratizar o fornecimento de energia como um serviço público. Através de um trabalho de relações públicas direcionado, eventos e a implementação de projetos de eletricidade de moradores/as, nossa cooperativa está tentando construir o caminho para uma transição energética justa.

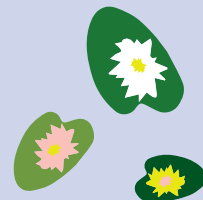
O QUE QUEREMOS?
TRANSIÇÃO JUSTA!
QUANDO QUEREMOS?
AGORA!

→ 9 Fundação Rosa Luxemburgo / sede em Berlin, com outros escritórios na Alemanha e mais 26 escritórios regionais ao redor do mundo



Na Alemanha, estamos empenhados/as principalmente na educação política sobre o tema da democracia energética. Produzimos materiais educacionais, cartões de protesto sobre fontes de energia fóssil/abolição de matérias primas fósseis. Por exemplo, preparamos estudos de viabilidade para uma transição justa na Renânia e na Lusácia. Internacionalmente, trabalhamos com organizações que estão comprometidas com a implementação da justiça energética, democracia energética, e educação. Uma transição justa significa proporcionar aos/as consumidores/as um acesso digno e econômico a fontes alternativas de energia. Neste processo, todos os setores e níveis são incluídos, ou seja, da comunicação com sindicatos de energia fóssil, à inclusão de regiões nas quais as fontes de energia fóssil são mineradas e convertidas em eletricidade. Uma transição justa também implica uma comunicação transparente para levar a uma reflexão, por exemplo, da identificação de trabalhadores/as de minas de carvão com fontes de energia fóssil.

A constatação de que não podemos continuar com a queima de combustíveis fósseis para a eletricidade, gerar aquecimento e mobilidade, e que os recursos para energia renovável, coloca novos problemas, como a exploração em países do Sul Global. Além disso, alguns recursos energéticos considerados sustentáveis (hidrogênio, energia nuclear) não são soluções devido aos perigos que representam (por exemplo, nuclear), mas também porque têm um grande consumo de matéria-prima (produção de hidrogênio + energia nuclear). Uma reformulação do consumo de eletricidade ainda não é, infelizmente, previsível, mas é imperativa! A transição justa beneficiaria ao máximo os/as consumidores/as de energia, pessoas que vivem perto de usina de carvão (pelo menos do ponto de vista da saúde), pessoas que já sofrem com a mudança climática, ou que seriam ainda mais afetadas por ela com emissões mais elevadas, grupos socialmente com menos poder, aqueles/as que não podem pagar por eletricidade renovável e fornecedores de energias renováveis.

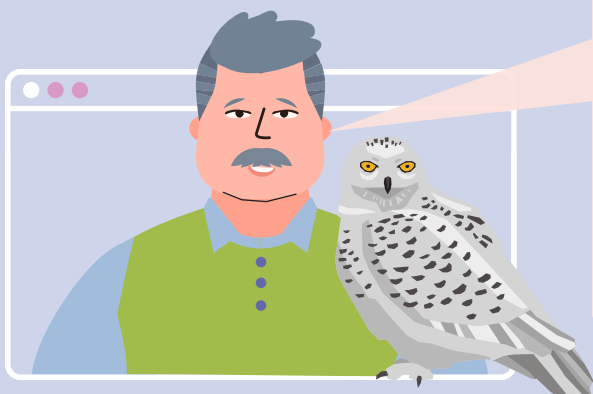


→ 10 Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie gGmbH / Wuppertal

Fazemos estudos e monitoramento científico dos efeitos distributivos dos instrumentos de política energética. Uma transição energética justa deve mostrar uma distribuição justa dos custos e benefícios das mudanças no consumo e no fornecimento de energia entre regiões, classes ou grupos sociais, e gerações. Ela não deve agravar a desigualdade social, mas reduzi-la. Ao mesmo tempo, deve contribuir para a realização da meta do Acordo de Paris de limitarmos o aumento da temperatura global em 1,5 graus Celsius, para a proteção do clima e para o alívio ambiental. Se a transição energética for justa, moradores/as serão beneficiados/as, pois os custos de aquecimento das moradias serão reduzidos através da eficiência energética. Além disso, pessoas desempregadas ou com empregos precarizados que serão qualificadas a encontrar bons empregos na área de eficiência energética (por exemplo, reforma de edifícios) e energias renováveis também se beneficiarão; e finalmente, todos/as aqueles/as que vivem em áreas com má qualidade do ar, alunos/as e outros grupos cujas condições de aprendizagem e trabalho serão melhoradas através da eficiência energética em edifícios.



→ 11 Initiative Buirer für Buir / Kerpen



A justiça energética vem com a eliminação gradual da geração de energia a carvão – substituindo-a por energias renováveis. A justiça energética é para as gerações presentes e futuras e vem através da eletricidade acessível a partir do sol e do vento. Significa energia cidadã em primeiro plano. Precisamos nacionalizar o fornecimento de energia ou organizá-lo regionalmente em cooperativas. E uma transição justa significa energia acessível e disponível para todas as pessoas sem danos extremos ao clima e ao meio ambiente, especialmente sem combustíveis fósseis.

→ 12 Women Engage for a Common Future (WECF) / Munich

A definição de uma transição energética justa foi inicialmente desenvolvida em torno dos territórios mais afetados pela transição energética, não em torno das pessoas mais afetadas. O progresso aconteceu, mas ainda nos faltam considerações sociais sobre o impacto da transição energética nos grupos vulneráveis. Falta a compreensão da relevância e a adoção de programas eficientes e transformativos de gênero. Existem processos para envolver os cidadãos e cidadãs na transição de energia, mas eles não se dirigem a todos os grupos da sociedade e não são suficientemente utilizados ou simplificados por estruturas legais e organizacionais. Por exemplo, grupos sociais considerados mais vulneráveis que outros, e que são caracterizados com mais de uma categoria descritiva, por exemplo, mulheres idosas, mães solteiras de baixa renda, imigrantes com baixa escolaridade, etc. É fundamental ter uma abordagem interseccional para focar determinados grupos na transição justa. Estes grupos mais vulneráveis são geralmente mais afetados pelos preços do fornecimento de energia (pobreza energética) ou aquecimento/arrefecimento doméstico (medidas de renovação). Além disso, esses são as/os cidadãs/os que estão menos representadas/os nos espaços de tomada de decisão.



A justiça energética é nossa abordagem guarda-chuva, a implementamos em nossos projetos energéticos. Trabalhamos e compreendemos a transição energética justa como um processo, avaliando os impactos da transição energética sobre todos os grupos sociais, especialmente aqueles considerados vulneráveis; permitindo que todos/as participem e se beneficiem da transição energética, de todos os lugares, com um foco nas áreas mais afetadas pela transição (por exemplo, regiões carboníferas); através de políticas e programas sociais, climáticos e energéticos coerentes e inclusivos. Também sensibilizamos através de inputs, treinamentos, eventos e publicações sobre o tema. Fazemos treinamentos de gênero e defendemos o uso de ferramentas e instrumentos de gênero em diferentes níveis. Com parceiros, trabalhamos no estabelecimento de políticas de gênero justas ou interseccionais para a criação ou mudança de comunidades energéticas e para a reforma das políticas energéticas. Conscientizamos sobre a importância do uso de comunicação justa de gênero.



Institute for Advanced Sustainability Studies (IASS) e. V.

O Instituto de Estudos Avançados de Sustentabilidade (IASS) realiza pesquisas com o objetivo de identificar, avançar e orientar os processos de transformação rumo a sociedades sustentáveis na Alemanha e no exterior. Sua prática de pesquisa é transdisciplinar, transformadora, e co-criativa. O instituto coopera com parceiros na academia, instituições políticas, administrações, sociedade civil e a comunidade empresarial para entender os desafios da sustentabilidade e gerar potenciais soluções. Uma forte rede de parceiros nacionais e internacionais apoia o trabalho do Instituto. Entre seus temas centrais de pesquisa estão a transição energética, tecnologias emergentes, mudanças climáticas, qualidade do ar, riscos sistêmicos, governança e participação, e culturas de transformação. O IASS é financiado pelos Ministérios de Pesquisa do Governo Federal da Alemanha e do estado de Brandenburg.

Novembro de 2022

Institute for Advanced Sustainability Studies (IASS) e. V.
Berliner Straße 130
14467 Potsdam
Tel: +49 (0) 331-28822-300
Fax: +49 (0) 331-28822-310
E-Mail: media@iass-potsdam.de
www.iass-potsdam.de

Diretor Científico responsável:
Prof. Mark Lawrence,
autorizado a representar o Instituto.

Autore:
Isadora Cardoso Vasconcelos

Editora e tradutora:
Carlotta Nwajide

Ilustradora e designer:
Sabine Zentek

DOI: 10.48481/iass.2022.048

